



Eurovida

**FUNDO DE PENSÕES ABERTO
EUROVIDA REFORMA RENDIMENTO**

RELATÓRIO E CONTAS 2017

Manuel
Manuel
Manuel

Índice

1. Relatório de Gestão	3
1. ÂMBITO	3
2. EVOLUÇÃO GERAL DO FUNDO DE PENSÕES E DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO PERÍODO	3
3. ALTERAÇÕES COM IMPACTO SIGNIFICATIVO NA GESTÃO DO FUNDO DE PENSÕES	4
4. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES	5
5. CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS E REGRAS PRUDENCIAIS APLICÁVEIS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES	5
6. LIMITES DE EXPOSIÇÃO E ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA VS ALOCAÇÃO ATUAL	6
7. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES	6
8. PERFORMANCE E RENDIBILIDADE DO FUNDO DE PENSÕES	7
9. BENCHMARKS	8
10. EVOLUÇÃO DOS RISCOS MATERIAIS A QUE O FUNDO DE PENSÕES SE ENCONTRA EXPOSTO	8
11. GESTÃO DOS RISCOS MATERIAIS A QUE O FUNDO DE PENSÕES SE ENCONTRA EXPOSTO, INCLUINDO A EVENTUAL UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS E OPERAÇÕES DE REPORTE E DE EMPRÉSTIMO DE VALORES	8
12. NÍVEL DE FINANCIAMENTO DAS RESPONSABILIDADES DO FUNDO DE PENSÕES	9
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS	9
2. Demonstrações Financeiras	10
3. Anexo às Demonstrações Financeiras	12
4. Certificação do revisor oficial de contas	26

1. Relatório de Gestão

1. ÂMBITO

O presente relatório tem como objetivo dar cumprimento ao estabelecido em Norma Regulamentar Nº 7/2010-R, de 4 de junho, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, relativa ao Relato Financeiro dos Fundos de Pensões, reportando-se a 31/12/2017.

O fundo de pensões é constituído, na data de reporte, por adesões individuais e adesões coletivas.

2. EVOLUÇÃO GERAL DO FUNDO DE PENSÕES E DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA NO PERÍODO

A atividade económica acabou por surpreender favoravelmente em 2017, não obstante o primeiro semestre politicamente muito intenso na Europa. As previsões de crescimento foram revistas em alta de forma sistemática e quase generalizada em termos regionais. A grande exceção entre as economias desenvolvidas é o Reino Unido, onde a sua economia foi ensombrada pelos receios e incertezas gerados pelo processo de saída da União Europeia.

Quanto ao mercado de taxa fixa, a sua evolução em 2017 continuou condicionada pela permanência de políticas monetárias expansionistas e baixos níveis de inflação. Estes fatores limitaram o movimento de subida das taxas de rendibilidade dos principais benchmarks nos EUA e na Zona Euro. No entanto nos países da periferia, foram observados movimentos mais significativos, nomeadamente no caso da dívida pública portuguesa, que beneficiou do facto de duas agências de rating terem elevado a avaliação do risco, voltando a colocar Portugal na classe de investimento.

Os mercados acionistas norte-americanos alcançaram novos valores máximos recorde. As bolsas europeias (de referir que o DAX alcançou igualmente novos máximos, acompanhando o mercado americano) mantiveram-se maioritariamente sustentadas (o IBEX35 foi a exceção por via da questão da Catalunha).

Em 2017, as commodities, mais especificamente o mercado do petróleo, foi marcado por factos relevantes que condicionaram de forma significativa a sua evolução. Do lado dos produtores veio a preocupação para com um maior equilíbrio entre oferta e procura, pois o desfasamento existente estaria a colocar em risco a evolução dos preços. A recuperação mais consolidada dos preços do petróleo, na segunda metade do ano, ocorreu com a maior visibilidade nos cortes de produção na OPEP e com a perspectiva de maior consumo no próximo ano.

No mercado cambial, o ano de 2017 pode-se resumir num facto inquestionável: a valorização do euro relativamente às moedas rivais, que se pode mesmo traduzir numa situação de sobrestimação da moeda única, contrariando as previsões feitas há um ano atrás. O EUR, desde o início do ano e até perto do final do ano, registou uma apreciação acumulada de cerca de 12% em relação ao USD, 8% face a CHF e JPY e 3% perante a GBP.

Relativamente à política monetária, com o bom comportamento da economia global, os discursos tornaram-se mais otimistas por parte dos bancos centrais, materializando-se em sinais de normalização, ainda que muito gradual, da política monetária dos principais bancos centrais.

Em termos de atividade desenvolvida no período em análise, no âmbito da gestão do fundo, privilegiou-se o investimento em ativos de rendimento fixo, por via de obrigações e de fundos de investimento mobiliário.

	Unidade: Euros	
	2017	2016
Valor do Fundo em 1 de janeiro	2.053.144	1.870.373
Contribuições	1.827.764	243.749
Pensões/Capitais vencidos	(43.555)	(73.161)
Rendimento líquido	21.079	20.634
Ganhos/(Perdas) nas avaliações/alienações/reembolsos de aplicações	69.438	(6.381)
Diferenças de câmbio	(3.903)	4.099
Outras variações líquidas	(41.381)	(6.168)
Valor do Fundo em 31 de dezembro	3.882.586	2.053.144

Do total de rendimento gerado, cerca de € 65.535 (2016: € -2.282) dizem respeito a ganhos líquidos resultantes da alienação de aplicações financeiras (incluindo diferenças de câmbio).

As contribuições para o fundo de pensões, durante ao ano de 2017, dizem respeito a contribuições de adesões coletivas e adesões individuais.

A rubrica "Outras Variações Líquidas" inclui os prémios de seguros, comissões de gestão e depósito, receitas e despesas provenientes dos seguros e comissões.

3. ALTERAÇÕES COM IMPACTO SIGNIFICATIVO NA GESTÃO DO FUNDO DE PENSÕES

Nada a mencionar.

4. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES

Na composição do patrimônio do Fundo, a Entidade Gestora terá em conta os objetivos e as finalidades a atingir pelo mesmo, no que diz respeito aos níveis adequados de segurança, de qualidade, de rentabilidade e de liquidez das respectivas aplicações financeiras, agindo no melhor interesse dos participantes e beneficiários e assegurando o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A gestão do Fundo reger-se-á por princípios de uma gestão sã e prudente, nomeadamente, diversificação e dispersão adequada das aplicações, seleção criteriosa das mesmas, predominância das aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados, racionalidade e controle de custos e finalmente, limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

As aplicações em caixa e em disponibilidades à vista devem representar um valor residual, salvo em situações efetivas de força maior que conduzam, temporariamente, à inobservância deste princípio, nomeadamente em casos de entrega de contribuições, de necessidades de tesouraria ou de elevada instabilidade dos mercados financeiros. Neste contexto, os limites previstos no ponto 6 poderão ser incumpridos.

A política de investimento será objeto de revisão pelo menos de três em três anos ou sempre que as condições de mercado assim o justifiquem.

O fundo destina-se a participantes com reduzida tolerância ao risco, que pretendam constituir um complemento de reforma.

A Estratégia seguida em matéria de afetação de ativos, encontra-se descrita no ponto 6 do presente relatório.

5. CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS E REGRAS PRUDENCIAIS APLICÁVEIS AOS INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES

Foram observados os princípios e regras prudenciais, aplicáveis aos investimentos em fundos de pensões, previstos na legislação em vigor, nomeadamente, diversificação e dispersão adequada das aplicações, seleção criteriosa das mesmas, predominância das aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados, racionalidade e controle de custos e finalmente, limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

Na composição do patrimônio do fundo, é tomada em consideração os objetivos de finalidades a atingir pelo mesmo, no que diz respeito aos níveis adequados de segurança, qualidade, rentabilidade e liquidez das respectivas aplicações financeiras.

6. LIMITES DE EXPOSIÇÃO E ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA VS ALOCAÇÃO ATUAL

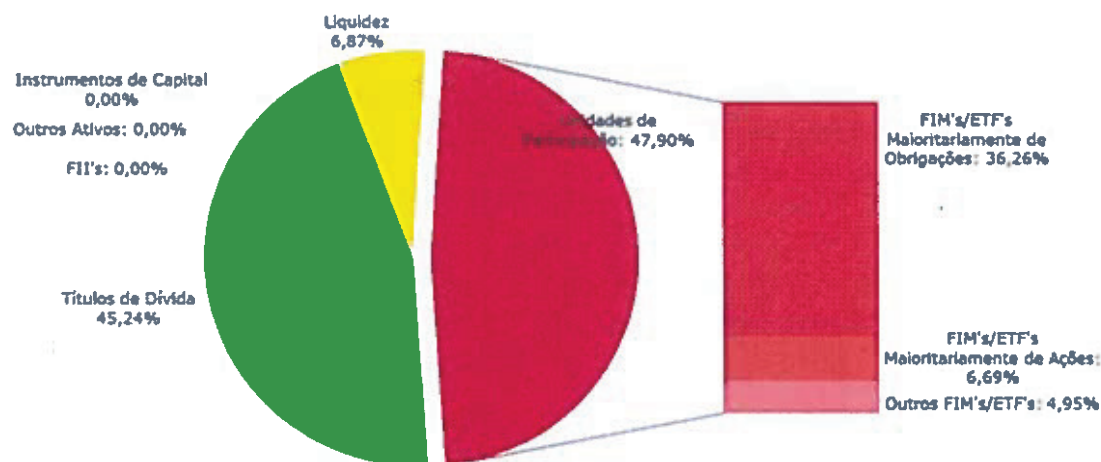
A estratégia de alocação por classes de ativos de longo prazo é a que a seguir se indica. Dispõem-se também a alocação de ativos atuais e o desvio em relação à referida estratégia.

Classe de Activos	Alocação Central	Alocação de Activos	Desvio	Intervalo de Alocação (%)
Títulos de Dívida	50,00%	45,24%	-4,76%	[0; 60]
Instrumentos de Capital	1,00%	0,00%	-1,00%	[0; 2,5]
Unidades de Participação	43,00%	47,90%	4,90%	[0; 50]
FIM's Maioritariamende Obrigações	30,00%	32,80%	2,80%	[0; 40]
FIM's Maioritariamende Ações	2,50%	4,90%	2,40%	[0; 5]
FIM's Outros	2,00%	4,95%	2,95%	[0; 5]
ETF's Maioritariamende Obrigações	5,00%	3,46%	-1,54%	[0; 10]
ETF's Maioritariamende Ações	2,50%	1,79%	-0,71%	[0; 5]
FII's	1,00%	0,00%	-1,00%	[0; 2,5]
Outros Activos	1,00%	0,00%	-1,00%	[0; 2,5]
Liquidez	5,00%	6,87%	1,87%	[0;10]

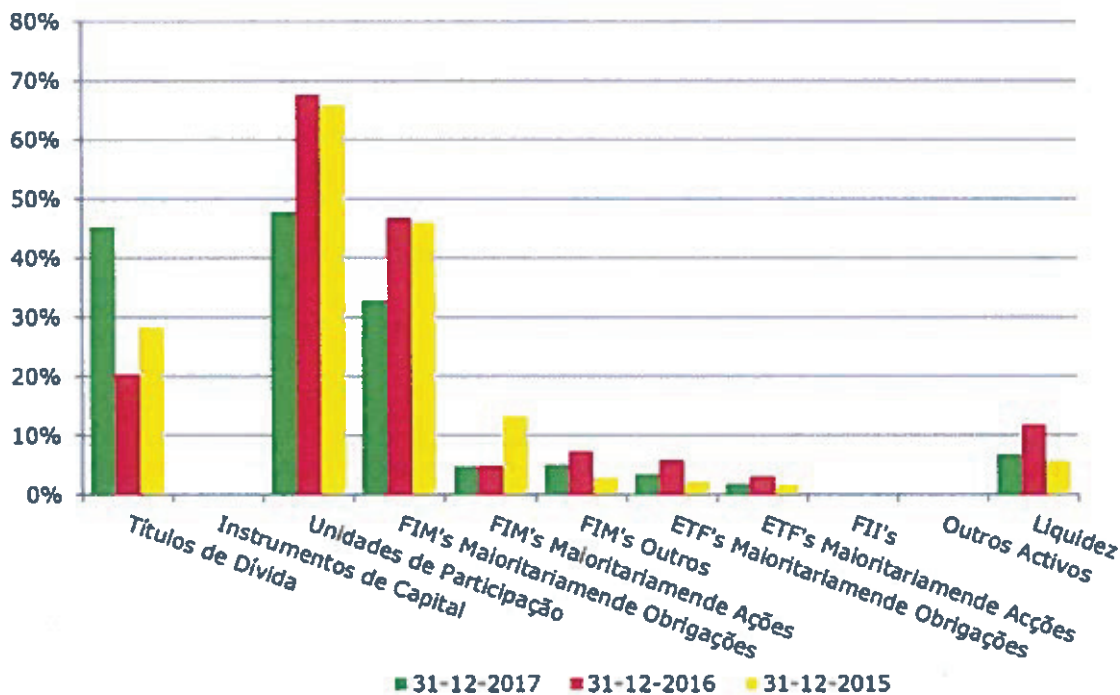
Os desvios de alocação, face ao previsto na política de investimentos, devem-se a razões de natureza tática, com o objetivo da otimização do binómio rentabilidade e risco.

7. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO DE PENSÕES

Em 31/12/2017 a estrutura da carteira por classes de ativos era a seguinte:



Na estratégia de alocação de ativos, privilegiou-se o investimento no rendimento fixo, de acordo com o perfil conservador, no entanto, mantivemos um nível de exposição ao rendimento variável significativo, face aos limites da política de investimento, por via do bom desempenho desta classe no ano de 2017.



8. PERFORMANCE E RENDIBILIDADE DO FUNDO DE PENSÕES

No quadro seguinte, é apresentada a rendibilidade do Fundo de Pensões, para o ano de reporte:

RENDIBILIDADE	31/12/2016	31/12/2017
YTD	0,5%	1,5%

O Fundo de Pensões, para o período em referência, teve um nível de risco Médio.

A medida de referência relativa à rentabilidade é a TWR (Time Weighted Rate of Return) e ao risco, o Desvio Padrão.

9. BENCHMARKS

A avaliação do desempenho de cada classe de ativos será efetuada contra os índices seguintes:

CLASSE DE ATIVOS	REFERÊNCIA
Títulos de Dívida / Pública	Bloomberg BERPGA
Títulos de Dívida / Corporativa	BERC INDEX
Instrumentos de Capital	Euro Stoxx 50
Unidades de Participação / FIM's Obrigações	Índice BERPGA / BERC
Unidades de Participação / FIM's Ações	MSCI: Europe, USA, Global, Asia, Emergent Market
Unidades de Participação / Outros FIM's	Índice BERGA / BERC / MSCI Global
Unidades de Participação / ETF's	Respetivo <i>Tracker</i>
Unidades de Participação / Imobiliário	APFIPP
Outros Ativos	Euribor 6 M + 1%
Liquidez	Euribor 1 M

Em termos globais, a performance do fundo (1,5%) esteve abaixo do benchmark (2,22%).

A performance do benchmark, é determinada com base nas rendibilidades individuais de cada um dos índices em cima indicados, com recurso aos dados históricos dos mesmos, via bloomberg.

10. EVOLUÇÃO DOS RISCOS MATERIAIS A QUE O FUNDO DE PENSÕES SE ENCONTRA EXPOSTO

De acordo com a composição da carteira do Fundo Pensões, em 31/12/2017, os principais riscos de investimentos associados eram:

- Risco de Crédito
- Risco de Mercado
- Risco de Taxa de Juro

Não houve alterações significativas face ao ano anterior.

11. GESTÃO DOS RISCOS MATERIAIS A QUE O FUNDO DE PENSÕES SE ENCONTRA EXPOSTO, INCLUINDO A EVENTUAL UTILIZAÇÃO DE PRODUTOS DERIVADOS E OPERAÇÕES DE REPORTE E DE EMPRÉSTIMO DE VALORES

Atualmente o fundo de pensões não investe em produtos derivados, operações de reporte ou de empréstimos de valores.

O controlo do risco de crédito, é assegurado assumindo um nível aceitável de diversificação, sendo impostos restrições de investimentos à gestão, de acordo com as especificidades de cada carteira, estabelecendo-se limites de concentração por setor, por emitente ou país e classe de rating dos ativos. São especialmente acompanhados os títulos com Outlook Negativo. A gestão do risco de crédito no Fundo de Pensões, assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, com periodicidade mensal.

O risco de mercado é monitorizado através dos indicadores, duração modificada, vida média e convexidade, para o risco de taxa de juro e Beta para o risco de ações. São igualmente quantificadas as Estimativas de Perdas Esperadas, através do impacto de variações de taxa de juro no valor dos títulos de taxa fixa em carteira e da variação dos preços de mercado nos títulos de rendimento variável em carteira, respetivamente para o risco de taxa de juro e o risco de ações.

O risco de taxa de juro (variação) é monitorizado regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos, de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo) e os parâmetros utilizados são a duração modificada da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira.

Em 31/12/2017, a carteira de ativos apresentava uma duração modificada de 2,431 anos, uma convexidade de 0,149 e um Beta de 0,88. Estima-se que uma variação positiva da taxa de juro em 100 pontos base, produza uma perda de 1,10% no valor da carteira de rendimento fixo. Já uma variação negativa de 10%, no preço dos ativos de rendimento variável, produzirá uma perda estimada de 4,8% no valor da carteira de rendimento variável.

12. NÍVEL DE FINANCIAMENTO DAS RESPONSABILIDADES DO FUNDO DE PENSÕES

- Não aplicável, dada a inexistência de planos de benefício definido financiados pelo Fundo de Pensões.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação constante no presente relatório é apropriada e representa fidedignamente as transações e outros acontecimentos.

Lisboa, 9 de abril de 2018

O Conselho de Administração







2. Demonstrações Financeiras

2.1. Demonstração da Posição Financeira

Unidade: Euros			
Demonstração da Posição Financeira	Notas	2017	2016
Investimentos			
Unidades de participação em fundos de investimento	4	1.859.572	1.390.698
Títulos de rendimento fixo	4	1.747.576	411.911
Numerário e depósitos em outras instituições de crédito	5	271.660	244.699
Sub-Total		3.878.809	2.047.309
Outros Ativos			
Devedores			
Outras entidades		-	750
Sub-Total		-	750
Acréscimos e diferimentos			
Acréscimos de proveitos	6	8.877	7.904
Sub-Total		8.877	7.904
Total do Ativo		3.887.686	2.055.963
Credores			
Entidade gestora	7	4.936	2.619
Estado e outros entes públicos	7	-	113
Depositário	7	165	87
Sub-Total		5.100	2.819
Acréscimos e diferimentos			
Acréscimos de custos			
Sub-Total		-	-
Total do Passivo		5.100	2.819
Total do Valor do Fundo		3.882.586	2.053.144
Valor da Unidade de Participação		61,8461	60,9122

2.2. Demonstração de Resultados

Unidade: Euros			
Demonstração de Resultados	Notas	2017	2016
Contribuições	8	1.827.764	243.749
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	9	(43.555)	(73.161)
Ganhos líquidos de investimentos	10	65.535	(2.282)
Rendimentos líquidos de investimentos	11	21.079	20.634
Outros rendimentos e ganhos	12	3.574	24.495
Outras despesas	13	(44.955)	(30.664)
Resultado líquido		1.829.442	182.771

2.3. Demonstração de Fluxos de Caixa

		Unidade: Euros	
Demonstração de Fluxos de Caixa	Notas	2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
+ Contribuições			
Associados	8	21.687	30.872
Participantes/beneficiários	8	135.259	114.592
Transferências	8	1.670.817	98.285
- Pensões, capitais e prémios únicos vencidos			
Pensões pagas		-	-
Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias		-	-
Capitais vencidos(Remições/vencimentos)	9	25.289	42.851
Transferências	9	18.266	30.310
- Remunerações			
Remunerações de gestão	13	40.752	29.371
Remunerações de depósito e guarda de títulos	13	1.436	979
+ Outros rendimentos e ganhos	12	3.574	24.495
- Outras despesas	13	451	313
Fluxos de caixa líquido das actividades operacionais		1.745.145	164.419
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
+ Recebimentos			
Alienação/reembolso de investimentos		2.308.992	4.521.515
Rendimentos dos investimentos		27.743	21.527
Varição de depósitos a prazo		-	-
- Pagamentos			
Aquisição de investimentos		3.871.919	4.687.865
Varição de depósitos a prazo		-	-
Comissões de transacção e mediação		-	-
Outros gastos com investimentos		-	-
Fluxos de caixa líquido das actividades de investimento		(1.535.184)	(144.823)
Variações de caixa e seus equivalentes		209.961	19.596
Efeitos de alteração das taxas de câmbio		-	-
Caixa no início do período de reporte	5	61.699	42.103
Caixa no fim do período de reporte	5	271.660	61.699

3. Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota 1 – Introdução

O Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Rendimento (o Fundo) foi constituído em 19 de julho de 2010 e tem como entidade gestora a Eurovida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (a Sociedade Gestora).

O Fundo é um fundo aberto, com duração indeterminada e é um património exclusivamente afeto à realização de um ou mais planos de pensões.

Em 31 de dezembro de 2017, o fundo de pensões é constituído por três adesões coletivas (Banco Santander Totta, S.A. (ex. Banco Popular Portugal, S.A.), o Sindicato Ferroviário e a Ibercaja Banco S.A.) e por 608 adesões individuais.

Nota 2 – Comparabilidade

As contas do Fundo de 2017 são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes com as contas do exercício de 2016.

Nota 3 – Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras do Fundo de Pensões foram preparadas no pressuposto da continuidade das suas operações, de acordo com os registos contabilísticos mantidos pela Entidade Gestora e conforme a Norma n.º 7/2010-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), de 4 de junho.

São apresentadas de seguida as bases de mensuração e as políticas contabilísticas.

Bases de mensuração:

- Demonstrações Financeiras expressas em Euros;
- Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros registados ao justo valor.

Políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Princípio da especialização de exercícios

Os gastos e os rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

b) Instrumentos financeiros

O Fundo classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a natureza que lhes está subjacente. Assim, os ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas em resultados.

As aquisições e alienações são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Fundo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

c) Numerário e depósitos em outras instituições de crédito

O Numerário e depósitos de curto prazo em outras instituições de crédito englobam os valores registados na Demonstração da Posição Financeira com maturidade inferior a 3 meses, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor. Adicionalmente, estão englobados nesta rubrica outros depósitos a prazo em instituições de crédito.

d) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

e) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

f) Comissões de gestão

As comissões a pagar pela gestão do Fundo são suportadas por este e registadas em gastos.

g) Comissões de custódia

As comissões a pagar ao banco pela guarda dos ativos do Fundo são suportadas por este e registadas em gastos.

h) Comissões de emissão

As comissões de emissão a receber dos participantes correspondem ao máximo de 2% dos montantes de subscrição.

i) Impostos e Taxas

De acordo com o artigo 16º do Estatuto dos Benefício Fiscais, os Fundos de Pensões e equiparáveis são isentos de:

- IRC relativo aos rendimentos obtidos pelos Fundos de Pensões e equiparáveis; e
- Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis.

j) Contribuições

As contribuições são registadas quando recebidas. O seu apuramento é efetuado da seguinte forma:

- Adesões individuais – de acordo com a disponibilidade do participante.
- Adesões coletivas - de acordo com a disponibilidade do associado.

k) Pensões

As pensões são processadas e pagas sempre que se verificarem as condições indicadas no contrato. O registo é efetuado aquando do pagamento.

Nota 4 – Instrumentos financeiros

A listagem das participações e instrumentos financeiros, do Fundo em 31 de dezembro de 2017 está apresentada no Anexo 1 – Inventário de participações e instrumentos financeiros, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	2017		2016	
	Valor*	Peso Carteira	Valor*	Peso Carteira
Títulos de Rendimento Fixo	1.756.453	48,6%	419.816	23,2%
Títulos de Rendimento Variável	1.859.572	51,4%	1.390.698	76,8%
Total	3.616.026	100,0%	1.810.514	100,0%

* Inclui juro decorrido

O apuramento do justo valor para os ativos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

De acordo com a IFRS 7, os ativos financeiros detidos podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;
- Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;
- Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

A valorização dos ativos financeiros por níveis, a 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisada como se segue:

Unidade: Euros				
2017				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Títulos de rendimento fixo*	1.756.453	-	-	1.756.453
Títulos de rendimento variável	1.859.572	-	-	1.859.572
Total	3.616.026	-	-	3.616.026

* Inclui juro decorrido

Unidade: Euros				
2016				
	Tier 1	Tier 2	Tier 3	Total
Títulos de rendimento fixo*	419.816	-	-	419.816
Títulos de rendimento variável	1.390.698	-	-	1.390.698
Total	1.810.514	-	-	1.810.514

* Inclui juro decorrido

Nota 5 – Numerário e depósitos em instituições de crédito

Nesta rubrica está registado o montante de 271.660 Euros (2016: 61.699 Euros) referente a depósitos à ordem e de 0 Euros (2016: 183.000 Euros) referente a depósitos a Prazo.

Nota 6 – Acréscimos e diferimentos

Nesta rubrica está incluída a especialização dos juros decorridos de títulos, cujo valor em 31 de dezembro de 2017 era de 8.877 Euros (2016: 7.904 Euros).

Nota 7 – Credores

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

	Unidade: Euros	
	2017	2016
Entidade Gestora	4.936	2.619
Estado e outros entes públicos	-	113
Depositário	165	87
Total em 31 de dezembro	5.100	2.819

Nos credores estão refletidos os valores das comissões de gestão e de depósito que se encontram por pagar a 31 de dezembro de 2017.

Nota 8 – Contribuições

As contribuições efetuadas em 2017 e 2016 foram integralmente realizadas e apresentam a seguinte decomposição:

	Unidade: Euros	
	2017	2016
Contribuições do Associado	21.687	30.872
Contribuições dos Participantes	135.259	114.592
Transferências	1.670.817	98.285
Total em 31 de dezembro	1.827.764	243.749

Nota 9 – Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

	Unidade: Euros	
	2017	2016
Pensões e capitais vencidos		
Pensões	-	-
Remições	6.302	12.468
Transferências	18.266	30.310
Capital por velhice	9.577	28.102
Desemprego de longa duração	9.409	2.281
Total em 31 de dezembro	43.555	73.161

Nota 10 – Ganhos líquidos de investimentos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

	Unidade: Euros	
	2017	2016
Ganhos		
Ganhos na avaliação, alienação e reembolso de aplicações		
Realizados	4.054	5.221
Obrigações	540	1.095
Unidades de participação	3.514	4.126
Potenciais	493.099	461.157
Obrigações	91.322	101.647
Unidades de participação	401.776	359.509
Diferenças de câmbio	13.805	34.248
Realizadas	10	2
Potenciais	13.796	34.246
Total de Ganhos	510.958	500.625
Perdas		
Perdas na avaliação, alienação e reembolso de aplicações		
Realizadas	(2.296)	(6.844)
Obrigações	-	(878)
Unidades de participação	(2.296)	(5.966)
Potenciais	(425.419)	(465.915)
Obrigações	(69.533)	(102.537)
Unidades de participação	(355.886)	(363.377)
Diferenças de câmbio	(17.708)	(30.149)
Realizadas	(468)	(3)
Potenciais	(17.241)	(30.146)
Total de Perdas	(445.423)	(502.908)
Total em 31 de dezembro	65.535	(2.282)

Handwritten signature:
 von
 Tausch
 Hain

Nota 11 – Rendimentos líquidos de investimentos

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

	Unidade: Euros	
	2017	2016
Rendimentos líquidos de investimentos		
Títulos de rendimento variável	1.324	5.531
Depósitos	13	91
Títulos de rendimento fixo	19.742	15.011
Total em 31 de dezembro	21.079	20.634

Nota 12 – Outros rendimentos e ganhos

O fundo de pensões tem rentabilidade mínima garantida apenas na data de referência, 31 de dezembro de cada ano, e que é medida pela valorização da unidade de participação nos termos das alíneas seguintes:

- A unidade de participação do fundo de pensões, na data de referência, irá valorizar, no mínimo 2% (taxa anual nominal bruta) face ao valor da unidade de participação da data de referência do ano anterior;
- Se a unidade de participação na data de referência, for inferior ao valor garantido, a entidade gestora efetuará a entrega para o fundo, das contribuições necessárias para a unidade de participação atingir aquele valor;
- O valor mínimo da unidade de participação, garantido em 31 de dezembro de 2017, será apurado proporcionalmente ao tempo decorrido entre a data da primeira contribuição para o fundo de pensões e a referida data, sendo a base de cálculo $\text{Atual}/365$.

Em 2016, foi recebido pelo Fundo o montante de 23.807 Euros, uma vez que o nível de rentabilidade obtido, durante o ano, não foi insuficiente para cobrir a rentabilidade mínima garantida. Esta situação não se verificou, em 2017.

Em outros rendimentos e ganhos estão ainda refletidos 1.006 Euros (2016: 688 Euros) e 2.568 Euros, relativos a acertos de comissões de custódia e 2.568 Euros de comissões reembolsadas ao Fundo de Pensões, pelas entidades gestoras de fundos de investimento de acordo com o contratualmente definido.

Nota 13 – Outras despesas

Nesta rubrica estão incluídos os seguintes montantes:

	Unidade: Euros	
	2017	2016
Outras despesas		
Comissões de gestão	43.069	29.371
Comissões de depósito	1.436	979
Outras	451	313
Total em 31 de dezembro	44.955	30.664

A comissão de gestão é uma comissão mensal que será no máximo de 0,125% (1,5% ao ano), cobrada mensalmente e postecipadamente incidindo sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia do mês. Em 2017, foram pagas comissões de gestão no montante de 43.069 Euros (29.371 Euros em 2016).

A comissão de depósito é uma comissão mensal que será no máximo de 0,0416‰ (0,5‰ ao ano), cobrada mensalmente e postecipadamente incidindo sobre o valor líquido global do Fundo, apurado com referência ao último dia do mês. Em 2017, foram pagas comissões de depósito de 1.436 Euros (979 Euros em 2016).

Nota 14 – Política de investimentos

A política de investimento do Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Rendimento tem como objetivo formular os princípios de investimento e as linhas orientadoras de gestão dos ativos do Fundo e obedecem aos seguintes princípios:

- Ter em conta os objetivos e as finalidades a atingir pelo Fundo, com os níveis adequados de segurança, qualidade, rentabilidade e de liquidez das respetivas aplicações financeiras, agindo no melhor interesse dos participantes e beneficiários e assegurando o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- Reger-se por princípios de gestão sã e prudente, nomeadamente a diversificação e dispersão adequada das aplicações observando as seguintes regras: i) seleção criteriosa das aplicações com predominância as aplicações admitidas à negociação em mercados regulamentados; ii) racionalidade de controlo de custos; iii) limitação a níveis prudentes de aplicações em ativos que, pela sua natureza, apresentem um elevado grau de risco ou apresentem uma reduzida liquidez.

A política de investimento é objeto de revisão, pelo menos, de três em três anos ou sempre que as condições de mercado assim o justifiquem.

A estratégia de alocação por classes de ativos de longo prazo é a que a seguir se indica. Dispõem-se também, a alocação de ativos atual e o desvio em relação à referida estratégia.

Classe de Ativos	Alocação Central	Alocação de Ativos	Desvio	Intervalo de Alocação (%)
Títulos de Dívida	50,00%	45,24%	-4,76%	[0; 60]
Instrumentos de Capital	1,00%	0,00%	-1,00%	[0; 2,5]
Unidades de Participação	43,00%	47,90%	4,90%	[0; 50]
FIM's Maioritariamende Obrigações	30,00%	32,80%	2,80%	[0; 40]
FIM's Maioritariamende Ações	2,50%	4,90%	2,40%	[0; 5]
FIM's Outros	2,00%	4,95%	2,95%	[0; 5]
ETF's Maioritariamende Obrigações	5,00%	3,46%	-1,54%	[0; 10]
ETF's Maioritariamende Acções	2,50%	1,79%	-0,71%	[0; 5]
FII's	1,00%	0,00%	-1,00%	[0; 2,5]
Outros Activos	1,00%	0,00%	-1,00%	[0; 2,5]
Liquidez	5,00%	6,87%	1,87%	[0; 10]

Nota 15 – Risco Associado a Instrumentos Financeiros

O Fundo de Pensões está exposto a uma diversidade de riscos através dos seus ativos financeiros. O risco financeiro chave a que um Fundo de Pensões está exposto, corresponde à potencial incapacidade deste para cumprir com as suas responsabilidades, ou seja, a possibilidade de os rendimentos gerados pelos ativos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes do pagamento das pensões e encargos inerentes.

Os principais riscos a que um Fundo de Pensões está exposto são:

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento dos participantes no reforço do Fundo e da contraparte relativamente às obrigações contratuais, no que se refere à carteira de investimentos.

A gestão do risco de crédito no Fundo, associado à possibilidade de incumprimento da contraparte (ou à variação do valor de um dado ativo, face à degradação da qualidade do risco da contraparte), assenta na regular monitorização e análise da exposição da sua carteira de investimentos, através de relatórios trimestrais de riscos financeiros para a carteira global.

Handwritten signature

O quadro seguinte mostra a exposição por classe de ativos, com referência às datas de 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Unidade: Euros

	2017*		2016*	
	%	Valor	%	Valor
Rendimento Fixo	45,2%	1.756.453	20,4%	419.816
Taxa Fixa	23,5%	914.784	18,9%	389.277
Taxa Variável	21,6%	841.669	1,5%	30.540
Cupão Zero	0,0%	-	0,0%	-
Rendimento Variável	47,8%	1.859.572	67,7%	1.390.698
Com garantia de capital	0,0%	-	0,0%	-
Estruturados	0,0%	-	0,0%	-
Sem garantia de capital	47,8%	1.859.572	67,7%	1.390.698
Estruturados	0,0%	-	0,0%	-
F.I.M. - Ações	4,9%	190.128	4,8%	98.352
F.I.M. - Obrigações	32,8%	1.273.603	49,6%	1.019.075
F.I.M. - Outros	4,9%	192.010	7,3%	150.131
Exchanged Traded Funds	5,2%	203.831	6,0%	123.140
Imobiliário	0,0%	-	0,0%	-
Mercado Monetário	7,0%	271.660	11,9%	244.699
Total	100,0%	3.887.686	100,0%	2.055.213

A existência de limites internos de exposição por notação de risco de crédito permite mitigar os riscos associados e manter a exposição dentro de limites consideráveis como aceitáveis pela entidade gestora do Fundo.

Regularmente e com base nas notações de risco de crédito publicadas por algumas das principais agências internacionais (*Standard & Poor's*, *Moody's*, *Fitch* e *DBRS*), é calculada a percentagem de exposição da carteira de investimentos por notação, monitorizadas as respetivas alterações de notação por título, acompanhados os *Outlooks*, graus de subordinação e o devido cumprimento dos limites estabelecidos pela gestão.

A exposição da carteira aos ratings é a que se indica:

Rating	2017		2016	
	Rating emissão	Rating emissão	Rating emissão	Rating emissão
	% Carteira	% Rend Fixo	% Carteira	% Rend Fixo
[AAA ; BBB-]	24,6%	54,5%	3,8%	10,7%
[BB+,BB-]	7,0%	15,4%	9,9%	48,4%
[B+;D]	0,0%	0,0%	6,7%	33,0%
NR	13,6%	30,1%	0,0%	0,0%
Total	45,2%	100,0%	20,4%	100,0%

Em termos de exposição das classes de rating por maturidade (vida média), a componente de rendimento fixo apresenta as seguintes exposições a 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Unidade: Euros

(Rating, Maturidade)	2017					em %	em Valor
	< 3	< 5	< 7	< 10	≥ 10		
AAA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
AA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
A	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
BBB	0,0%	16,8%	5,8%	0,0%	0,0%	24,6%	956.849
≤ BB	1,7%	5,3%	0,0%	0,0%	0,0%	7,0%	270.798
Unrated (NR)	0,0%	8,5%	5,2%	0,0%	0,0%	13,6%	528.805
Total (em %)	1,7%	32,6%	11,0%	0,0%	0,0%	45,2%	
Total (em valor)	65.404	1.264.371	426.679	-	-		1.756.453

Unidade: Euros

(Rating, Maturidade)	2016					em %	em Valor
	< 3	< 5	< 7	< 10	≥ 10		
AAA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
AA	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
A	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0
BBB	1,3%	2,5%	0,0%	0,0%	0,0%	3,8%	78.376
≤ BB	7,2%	2,7%	0,0%	0,0%	0,0%	9,9%	203.086
Unrated (NR)	1,5%	5,3%	0,0%	0,0%	0,0%	6,7%	139.340
Total (em %)	9,9%	10,5%	0,0%	0,0%	0,0%	20,4%	
Total (em valor)	203.779	216.023	-	-	-		419.802

Handwritten signature

Risco de taxa de juro

As operações do Fundo encontram-se sujeitas ao risco de flutuações nas taxas de juro, para os ativos geradores de juros (investimentos).

A monitorização do risco de taxa de juro (variação) é efetuada regularmente ao nível do ativo financeiro, através do apuramento do impacto na carteira de investimentos de uma variação na curva de taxas de juro (choque multiplicativo). Os parâmetros utilizados são a modified duration da carteira, dentro de um cenário de variação de taxas de juro, com a medição do impacto na componente de taxa fixa em carteira. Os efeitos apurados, relativamente a 31 de dezembro de 2017 e 2016, são os seguintes:

Indicadores	2017	2016	Variação
Modified Duration	2,43	2,55	-0,12
Vida Média	4,67	2,73	1,94
Convexidade	0,15	0,11	0,04

O impacto estimado de variações de taxa de juro no valor dos títulos de taxa fixa em carteira, com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, é como segue:

Variação taxa de juro (Em pontos base)	Variação estimada 2017		Variação estimada 2016	
	%	Euros	%	Euros
300	-3,30%	-128.088	-1,56%	-32.102
200	-2,20%	-85.392	-1,04%	-21.401
100	-1,10%	-42.696	-0,52%	-10.701

Risco de liquidez

- O Risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o ativo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas exageradas.

A gestão da liquidez tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às suas necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo.

Adicionalmente, ver a análise de maturidades no risco de crédito.

Risco de mercado

O Risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações e outros.

Handwritten signature

Adicionalmente, são analisados os seguintes riscos:

a) Exposição ao risco País/Zona Geográfica

Em relação a exposição por Zona Geográfica a carteira de investimentos do Fundo apresenta as seguintes exposições, em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Zona Geográfica	Peso em carteira 2017	Peso em carteira 2016	Variação
Portugal	42,4%	29,7%	12,7 pp
Espanha	6,5%	0,0%	6,5 pp
Alemanha	3,3%	1,3%	2,0 pp
Itália	0,0%	1,3%	-1,3 pp

b) Risco de exposição aos sectores

Em relação à exposição por sector a carteira de investimentos do Fundo apresenta a seguinte exposição, em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Setor	Peso em carteira 2017*	Peso em carteira 2016*	Variação
GOVERNMENT	33,2%	8,6%	24,6 pp
ENERGY	5,4%	5,3%	0,1 pp
BASIC MATERIALS	3,3%	1,3%	2,0 pp
FINANCIAL	2,6%	1,3%	1,3 pp
CONSUMER, NON-CY	0,8%	1,5%	-0,7 pp
UTILITIES	0,0%	2,5%	-2,5 pp

*inclui liquidez

Anexo 1 - Inventário de participações e instrumentos financeiros

Designação	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balança	
						Unitário*	Total
2. Outros							
2.1. Títulos Nacionais							
2.1.2. Títulos de dívida							
2.1.2.1. De Dívida Pública							
Obrigações Do Tesouro 2,2 17-10-2022		265.000	105,29%		286.939	108,34%	288.291
Obrigações Do Tesouro Tx Var 02-09-2022		67.000	105,11%		70.424	105,11%	70.873
Obrigações Do Tesouro Tx Var 05-12-2022		182.000	102,91%		187.296	102,91%	187.441
Obrigações Do Tesouro Tx Var 12-05-2021		100.000	106,25%		138.125	106,25%	139.169
Obrigações Do Tesouro Tx Var 19-05-2021		100.000	106,50%		106.500	106,50%	106.757
Obrigações Do Tesouro Tx Var 30-11-2021		193.000	106,25%		205.063	106,25%	205.395
Sub-Total		937.000			994.347		997.925
2.1.2.2. De Outras Emissoras Públicas							
Perpublica 3,567 22-09-2020		36.000	107,83%		38.818	107,75%	39.143
Seudacor Sa Tx Var 20-06-2022		30.000	103,26%		30.979	103,26%	31.011
Sub-Total		66.000			69.797		70.154
2.1.2.3. De Outras Emissoras							
Altri / Celix tx var 06-03-2024		100.000	100,25%		100.250	100,25%	181.033
Galp Energia Sgms Sa 1 15-02-2023		100.000	99,21%		99.210	99,24%	99.362
Galp Energia Sgms Sa 3 14-01-2021		100.000	106,92%		106.924	107,08%	109.988
Sub-Total		300.000			306.384		310.353
Total		1.303.000			1.370.528		1.378.433
2.2. Títulos Estrangeiros							
2.2.1.3. Unidades de Participação em Fundos de Investimento							
Amundi Eff Floating Rate USD Corporate Uctra Eff - Hedged EUR	1.160			50,44	58.510	50,44	58.510
Blackrock Global Funds - Euro	10.455			15,99	167.178	15,99	167.178
Invesco Pan European Structure Equity Fund	1.831			13,58	24.861	13,51	24.737
iShares Global Inflation Link	423			132,84	56.191	132,72	56.141
JPMorgan Investment Funds - Income Opportunity	1.084			138,14	149.707	138,20	149.772
Jupiter Global Fund - Dynamic Bond Fund	1.147			11,52	11.018	11,36	10.868
Lyxor Barclays Floating Rate Euro 0-7Y Uctra Eff	195			101,17	19.722	101,17	19.728
M&G Investment Funds 14 - M&G Prudent Allocation Fund	19.825			10,88	215.770	10,89	215.948
M&G Optimal Income Fund	10.390			20,29	208.811	20,29	208.817
Partners Group Listed Investments SICAV - Mult Asset Income	334			202,52	67.552	202,51	67.548
Pioneer Funds - Eur Strt Bd	2.058			93,12	191.481	93,07	191.378
Schroder GAIA Egerton Equity A Eur	278			181,76	50.489	181,69	50.467
Schroder International Selection Fund - European Alpha Focus	274			173,86	47.642	172,90	47.380
UBS Lux Strategy Fund - Balanced Eur	11.118			17,32	192.566	17,27	192.010
UBS Lux Strategy Fund - Yield Eur	11.491			15,52	178.333	15,46	177.644
UBS Lux Bond Sicos - Convert Global EUR	10.126			15,07	152.605	15,01	151.998
iShares DivDAX UCITS ETF DE	3.750			18,47	69.819	18,33	69.452
Sub-Total		85.877			1.867.263		1.859.572
2.1.2. Títulos de dívida							
2.2.2.1. De Dívida Pública							
Bonos Y Oblig Del Estado 0,4 30-04-2022		25.000	100,78%		25.195	100,64%	25.225
Bonos Y Oblig Del Estado 2,75 31-10-2024		200.000	112,92%		225.848	112,69%	226.293
Sub-Total		225.000			251.043		251.520
2.2.2.3. De Outras Emissoras							
Santander Consumer Bank 0,75 1 ^o 10-2022		100.000	100,05%		100.050	100,09%	100.240
Thyssenkrupp Ag 3,125 25-10-2019		25.000	104,54%		26.136	104,47%	26.281
Sub-Total		125.000			126.186		126.501
Sub-Total		85.877			2.239.492		2.237.593
3. Total Geral		1.653.000			3.610.020		3.616.026

Nota: o valor é em euros de contabilidade

4. Certificação do Revisor Oficial de Contas



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Rendimento (o Fundo), gerido pela Eurovida - Companhia de Seguros de Vida, S.A. (a entidade gestora), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total do ativo de 3.887.686 euros e um total do valor do Fundo de 3.882.586 euros), a demonstração de resultados (que evidencia um resultado líquido do exercício de 1.829.442 euros) e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões Aberto Eurovida Reforma Rendimento em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Princípio & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3ª, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 299 000, Fax +351 213 399 990, info@principio.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 608 752, Capital Social Euros 324.000
Inscrita no livro das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMM sob o nº 30064073

Princípio & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (entidade de direito de entidades que são membros
da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, Lda. (entidade legal autónoma e independente))

4. Certificação do Revisor Oficial de Contas

(cont.)

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de auditoria</i>
<p>Valorização de instrumentos financeiros</p> <p>Mensuração e divulgações relacionadas com a valorização de instrumentos financeiros apresentadas nas notas anexas 3 b) e 4 das demonstrações financeiras.</p> <p>Os instrumentos financeiros apresentados na demonstração da posição financeira nas linhas de unidades de participação em fundos de investimento e títulos de rendimento fixo, no montante de 3.607.148 euros, representam 93% do total do ativo do Fundo em 31 de dezembro de 2017. A valorização destes ativos envolve julgamento relativamente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimento.</p> <p>Para os instrumentos financeiros ativamente negociados e em relação aos quais estão disponíveis cotações ou outros indicadores de mercado, a determinação do justo valor tem por base o seu preço ou cotação de fecho à data da demonstração da posição financeira. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando informação fornecida pelas entidades gestoras/emittentes ou metodologias de avaliação.</p> <p>Nesta medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.</p>	<p>A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none">• Identificação e compreensão dos principais controlos relativamente à mensuração dos instrumentos financeiros;• Verificação da efetividade dos controlos associados à seleção de cotações para valorização de instrumentos financeiros;• Verificação de cotações provenientes de fontes externas para as posições detidas; e• Análise da reconciliação do inventário de instrumentos financeiros com os registos contabilísticos. <p>Adicionalmente, os nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão das divulgações relativamente aos instrumentos financeiros constantes nas notas anexas às demonstrações financeiras tendo em consideração o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização da entidade gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da entidade gestora é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o relato financeiro dos fundos de pensões estabelecidos pela ASF;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;




4. Certificação do Revisor Oficial de Contas

(cont.)

- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Fundo para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da entidade gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade gestora do Fundo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da entidade gestora;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da entidade gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

4. Certificação do Revisor Oficial de Contas

(cont.)

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da entidade gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da entidade gestora, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização da entidade gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 11º da Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho, da ASF, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Fundo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados auditores do Fundo pela primeira vez para o exercício de 2010, mantendo-nos em funções até ao presente período.
- b) O órgão de gestão da entidade gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso



4. Certificação do Revisor Oficial de Contas

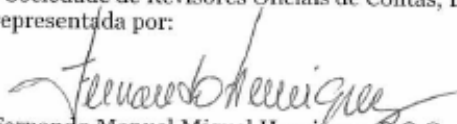
(cont.)

trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da entidade gestora nesta mesma data.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo durante a realização da auditoria.

16 de abril de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:


Fernando Manuel Miguel Henriques, R.O.C.



Rua Ramalho Ortigão, n.º 51 – 1099-090 Lisboa - Portugal
Tel. +351 217 924 700 Fax +351 217 924 701
e-mail: seguros@eurovida.pt
site: www.eurovida.pt

Handwritten signature:
Mário